



O TRABALHO DE CAMPO COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: contribuições metodológicas à práxis geográfica

Éverton de Moraes Kozenieski
everton.kozenieski@uffs.edu.br

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6527-5932>

Paula Vanessa de Faria Lindo
paula.lindo@uffs.edu.br

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente, e professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1289-8690>

Reginaldo José de Souza
reginaldo.souza@uffs.edu.br

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente, e professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1178-4587>

RESUMO

Os trabalhos de campo são importantes na trajetória dos estudos geográficos. Propiciam à produção de conhecimentos, contribuindo para uma interação particular entre teoria e prática. Além disso, por meio do campo garante-se autenticidade às observações e experiências, possibilitam-se descobertas e o desenvolvimento de novas teorias, inclusive, colocando-as à prova. Entre o(a)s geógrafo(a)s parece haver consenso e até certa obviedade com relação à importância do campo. Contudo, compreende-se que, para atingir a potencialidade na construção de conhecimentos, o campo não pode ser concebido como uma atividade meramente lúdica. Então, impõe-se a necessidade de refletir sobre a práxis e justificar sua necessidade no ensino, na pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, busca-se responder: qual é a importância do trabalho de campo para a produção de conhecimentos geográficos no ensino, pesquisa e extensão? O que considerar ao propor um trabalho de campo? Apresentam-se, amparados na literatura sobre o tema, os elementos fundamentais que constituem as experiências de trabalho de campo no âmbito da ciência geográfica. As reflexões produzidas a partir dos princípios orientadores levam a considerar que tais práticas são produtos e produtoras do conhecimento, envolvendo uma atitude investigativa com reflexão e intervenção da/na realidade estudada. Assim, defende-se o trabalho de campo como práxis geográfica.

PALAVRAS-CHAVE

Metodologia, Geografia, Práticas espaciais.

FIELDWORK AS KNOWLEDGE PRODUCTION: methodological contributions to geographical practice

ABSTRACT

Fieldwork is important in the trajectory of geographic studies that provide a unique form of knowledge production, contributing to a particular interaction between theory and practice. In addition, the field guarantees authenticity to observations and experiences, enables discoveries and the development of new theories, including, putting them to the test. Between the geographer there seems to be consensus and even a certain obviousness regarding the importance of field activity. However, it is understood that in order to achieve potential in the construction of knowledge, the field cannot be conceived as an ludic activity. So, the need to reflect on praxis and justify its need in teaching, research and extension is increasingly imposed. The authors will seek to answer the following questions: what is the importance of fieldwork for the production of geographic knowledge in teaching, research and extension? What to consider when proposing fieldwork? In this article, supported by the literature on the subject, the fundamental elements that constitute the fieldwork experiences in the scope of geographic science are presented. The reflections produced from the guiding principles led us to consider that such practices are products and producers of knowledge, involving an investigative attitude with reflection and intervention of / in the studied reality. Thus, we defend fieldwork as geographic praxis.

KEYWORDS

Methodology, Geography, Space practices.

Introdução

Não é nenhuma novidade afirmar que a Geografia utiliza-se de diferentes estratégias para produzir conhecimento, que expressam distintos métodos e leituras de mundo, conformando um corpo teórico diverso, por vezes contraditório e de difícil apreensão (problemático). Os trabalhos de campo têm um papel de destaque e são práticas presentes desde perspectivas tradicionais da Geografia, revigoradas por novas influências.

Os trabalhos de campo são heranças do fazer da Geografia Clássica. Como destaca Claval (2013), com o advento da Geografia moderna (séc. XIX), passou-se a valorizar a experiência direta do pesquisador e, assim, a contrapor uma Geografia mais antiga sustentada, essencialmente, nos arquivos de viagem e dos documentos deles provenientes (mapas, entre outros). Parte essencial do que constitui o corpo teórico da Geografia Clássica e suas respectivas inovações advém da apreensão direta do mundo propiciada pelos trabalhos de campo.

Para além desse ponto de partida, podemos destacar que os trabalhos de campo mantêm-se como uma continuidade no modo de produzir conhecimentos, ou seja, uma estratégia necessária para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, os métodos positivista, neopositivista, dialético, fenomenológico e hermenêutico valorizam os trabalhos de campo, a seus modos e com diferentes intensidades (SILVA, 2011; SUERTEGARAY, 2002). Por distintas apropriações, é recorrente identificarmos os trabalhos de campo como estratégias para elaboração de conhecimentos, de produção e de comprovação de teorias.

Eles são, portanto, continuidades na trajetória da Geografia, que crescem em complexidade e diversidade na medida em que a sociedade se transforma. A referida continuidade não significa exclusividade. Ou seja, única forma possível de conhecer, uma vez que a realidade acadêmica e escolar, os currículos universitários e da Educação Básica indicam que é possível desenvolver práticas e estudos sem a interação direta com o mundo, valorizando documentações (estatísticas, cartográficas, etc), estudos bibliográficos, livros didáticos, recursos audiovisuais, entre outros recursos e estratégias.

Contudo, abdicar completamente dos campos nos processos de produção de conhecimento geográfico pode gerar distanciamentos com a multidimensionalidade das relações espaciais. Como afirma Suertegaray (2002, p. 03), “[...] ir ao campo (mundo) é necessário”, especialmente, em tempos em que reconhecer a realidade torna-se fundamental, frente à intensificação de embates acerca das representações, por vezes visões ingênuas, evocadas do espaço e da aceleração das inter-relações da socationatureza.

Na condição de docentes e pesquisadore(a)s, vivenciamos conflitos, disputas e desafios para executar o trabalho de campo. Na sequência, enfatizamos dois aspectos – um referente ao custo financeiro do investimento e outro, à inabilidade de alguns gestores quanto ao significado da atividade em questão – que nos conduzirão para algumas perguntas que enfatizaremos para possíveis diálogos.

A prática de campo esbarra em um conjunto de entraves para sua efetivação em propostas de ensino, pesquisa e extensão. O custo/orçamento é um primeiro elemento que podemos destacar. Em muitos casos, essas atividades necessitam de recursos financeiros para sua efetivação, especialmente, transporte (veículos, passagens, combustíveis etc.), valores para participação nas atividades propostas (alimentação, ingressos, etc.) e hospedagem.

Em tempos de corte de investimentos para projetos de pesquisa e extensão, via agências de fomento, e redução do financiamento público da educação (Educação

Básica e Ensino Superior), garantir recursos para os trabalhos de campo torna-se um imenso desafio. Diante de tal situação, nos questionamos: em que medida os cortes orçamentários impõem uma forma de fazer Geografia (na escola e na universidade) distanciada do campo (interação direta com o mundo)? Quais são as implicações para a produção de conhecimentos geográficos?

O segundo elemento notório é o desconhecimento com relação à importância dos trabalhos de campo para o ensino, a pesquisa e extensão. Esse ponto emerge principalmente em situações em que temos que justificar a realização das práticas com gestores, pais, agências etc., os quais, de modo geral, não são geógrafo(a)s e não compreendem as especificidades da Geografia (suas metodologias, aquilo que é importante para consolidação e afirmação da área de conhecimento). Ou seja, entre o(a) geógrafo(a)s parece haver consenso e até certa obviedade com relação à importância da atividade de campo, contudo, como justificamos sua necessidade para “os outros”?

Nos cenários em que esses dois elementos estão juntos vislumbramos desafios significativos. Não são poucos os relatos em que as práticas passam a ser consideradas como atividades menores, que podem ser suprimidas, afinal, como costumam nos perguntar, “não dá para fazer o mesmo na sala de aula, com dados secundários ou até em laboratório?” A confusão conceitual entre trabalhos de campo e passeios, que tanto estão presentes nas escolas, exemplifica essa tensão. Em nossa leitura, passeios são atividades meramente lúdicas, que têm sua importância para socialização e diversão. Em contextos como esses, a realização dos trabalhos de campo conforma-se como uma disputa e, portanto, um compromisso com a forma de produzir conhecimento e uma tradição científica.

Mas, afinal, quais as especificidades de um trabalho de campo? Por que ele difere de uma viagem ou atividade lúdica? Qual é a importância dos campos para a produção de conhecimentos geográficos no ensino, na pesquisa e extensão? O que considerar ao propor um trabalho de campo? Buscamos, neste artigo, apresentar um conjunto de proposições e provocações, nascidas de nossa atuação profissional na condição de docentes e pesquisadore(a)s, a respeito dos trabalhos de campo e a produção de conhecimentos.

A seguir, apresentaremos alguns princípios metodológicos para demonstrar que as práticas envolvidas nos trabalhos de campo não são meramente lúdicas e que há um aprofundado processo de reflexão que os constituem.

O trabalho de campo: princípios orientadores e dimensões da práxis

Neste contexto, sob o qual acreditamos que os trabalhos de campo são fundamentais ao ensino, à pesquisa e extensão em Geografia e no qual o fazer do(a) geógrafo(a) cresce em complexidade e diversidade, passamos a debater os elementos que caracterizam os trabalhos de campo, visando resgatar seus fundamentos.

Em nossa leitura, o trabalho de campo constitui-se como uma atividade individual ou em grupo que (1) visa à construção de um determinado conhecimento ou experiência, fazendo parte de (2) uma etapa em um processo mais abrangente de pesquisa, ensino e/ou extensão. Trata-se de uma práxis (3) orientada por referenciais filosóficos/epistemológicos que necessita da delimitação de um (4) objeto de conhecimento. Tem como (5) *locus* de realização o mundo, promovendo a (6) interação com sujeitos e fenômenos espaciais. Os trabalhos de campo efetivam-se por meio de (7) estratégias de mediação e métodos e demandam (8) sistematização, reflexão e avaliação.

Analisaremos os oito princípios metodológicos que julgamos fundamentais para definição de trabalho de campo, avaliando suas características, implicações para concepção da prática e seu planejamento.

(1) Prática que visa à produção de conhecimento

Os trabalhos de campo constituem-se como práticas intencionais guiadas por determinados propósitos, ou seja, são ações conscientes que visam alcançar determinado(s) objetivo(s). Em nossa leitura, trata-se da produção de conhecimento mediado pela vivência, observação e experimentação. Afirmar que os trabalhos de campo produzem conhecimentos implica considerar que eles aderem a certa concepção de ciência, entre outros. Diferencia-se, portanto, de atividades lúdicas, uma vez que provoca certos compromissos e rigor na efetivação da prática em práxis.

Ao desenvolver um trabalho de campo, ter clareza do que se pretende é fundamental, mesmo que ele tenha um caráter exploratório ou de reconhecimento de certa realidade – situação na qual o proponente tem pouca familiaridade com o que interagirá ou mesmo certa abertura quanto aos resultados esperados com a atividade. Não são raros os casos em que os trabalhos de campo se mostram como atividades ricas ao proporcionar aprendizados que extrapolam as intenções inicialmente propostas, seja pela vivência e compartilhamento de experiências entre participantes, seja pela interação

com a multidimensionalidade do espaço geográfico. Essas experiências são fundamentais para superação das ambiguidades e dicotomias da Geografia, por exemplo, fatores naturais ou fatores humanos (SERPA, 2006).

Ao planejarmos o trabalho de campo, devemos questionar: o que queremos saber? Quais são os objetivos que pretendemos alcançar com a realização dessa prática?

(2) Momentos/temporalidades do processo de conhecimento

A produção de conhecimentos é processual e, portanto, dotada de certa temporalidade, ou seja, momentos com perfis distintos que articulam teoria e prática no ensino, pesquisa e extensão¹. Quivy e Campenhoudt (2005) sugerem, pelo menos, três atos que se constituem mutuamente para o fazer investigativo: a *ruptura*, que significa o rompimento com a ilusão de se conhecer algo, isto é, o estímulo ao ato de tensionar com preconceitos e falsas evidências; a *construção*, que retrata a concepção de um conjunto de estratégias capazes de explicar aquilo que se quer conhecer e escolha de teorias que darão suporte ao processo de conhecimento; e a *verificação*, que representa o teste, as comprovações, a produção de argumentos e ressignificação daquilo que se buscou conhecer.

Podemos também destacar o processo apresentado por Minayo (2013a), que se constitui por meio de três momentos: a fase *exploratória*, tempo dedicado à formulação dos pontos básicos para início da pesquisa, na qual se prevê o desenvolvimento da teoria e metodologias; o *trabalho de campo*, momento dedicado à prática empírica sustentada pela fase anterior, que possui caráter exploratório, de confirmação/refutação de hipóteses e/ou da construção de uma teoria; e *análise e tratamento do material empírico e documental*, relacionada à valorização, compreensão, interpretação dos dados empíricos e suas articulações com as leituras teóricas realizadas.

Por outro lado, em outras propostas de práticas de campo são recorrentes as concepções de momentos pré-campo e pós-campo². O primeiro refere-se à apresentação do roteiro e definição das estratégias de interação com o objeto do trabalho de campo, contextualização histórica e geográfica (interações com referências e representações do

¹ Compreendemos que a produção de conhecimento não é exclusividade da pesquisa científica. A produção de conhecimentos está presente no fazer do professor (FREIRE, 2005), inclusive ensinar Geografia conforma-se como uma prática espacial (STRAFORINI, 2018), entendida na extensão como ação de transformação social e modo de construção de conhecimentos (THIOLLENT, 2016, 2018). Assim, assumimos a pesquisa, o ensino e a extensão como expressões de um fazer científico.

² Com relação a estes momentos, destacamos os trabalhos de Marques; Mota; Souza (2020) e Farias (2019).

locus do campo), trocas de saberes acerca das práticas espaciais em foco e as respectivas fundamentações (conceitos, teorias, conteúdos, etc.). O pós-campo congrega: sistematização dos registros e das experiências no trabalho de campo; retomada da relação entre a teoria e prática, agora elevada pelos resultados obtidos, com elaboração de sínteses (teóricas e espaciais); e avaliação.

Os exemplos citados são alguns caminhos para compreensão das temporalidades da produção de conhecimento, contudo, muitas são as possibilidades de articulação entre teoria e prática, que atribuem ao trabalho de campo certo "papel". Independentemente da concepção que adotamos, é importante questionar: como determinada proposta de trabalho de campo está articulada aos outros momentos da produção de conhecimento?

(3) Orientada por referenciais filosóficos/epistemológicos

Os trabalhos de campo são uma práxis³ orientada por referenciais filosóficos/epistemológicos. Ou seja, eles, assim como todo o fazer científico, sustentam-se por meio de determinado sistema filosófico, que é orientado para macro-explicações do real, sendo capaz de guiar a análise de um fenômeno em particular. Referimo-nos a uma determinada compreensão do que é ciência e suas implicações (epistemologia), de quais são operações intelectuais que podemos desenvolver a fim de interpretar a realidade (lógica), afinidade com teoria do conhecimento humano (gnosologia) e do Ser (ontologia), teorias da história ou da natureza, etc. (MORAES, 1994).

Os princípios filosóficos/epistemológicos são expressos por meio da escolha do método. Nesse sentido, segundo Moraes (1994, p. 67), "O método expressa uma relação entre ciência e filosofia, sendo a aplicação de formulações filosóficas no trabalho científico". Aqui nos referimos à concepção de método de abordagem (LAKATOS; MARCONI, 2003) ou métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação científica (GIL, 1999)⁴.

Sposito (2004) apresenta leituras sobre os fundamentos dos principais métodos adotados na Geografia e descreve as suas implicações. Entre outros elementos, avalia as

³ Entende-se por práxis a unidade entre teoria e prática. Neste texto práxis está orientada pelas proposições de Pimenta (1994) e Lima (2001).

⁴ "[...] desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações. [...] cada um deles vincula-se a uma das correntes filosóficas que se propõem a explicar como se processa o conhecimento da realidade." (GIL, 1999, p. 27).

implicações de cada proposição na relação entre sujeito e objeto, elementos importantes para o estabelecimento das práticas de campo. O autor avalia que, no método hipotético-dedutivo, o objeto (em nosso caso, elemento foco do trabalho de campo) tem prevalência com relação ao sujeito (participante do trabalho de campo). O sujeito assume uma posição de não interferência na relação com o objeto (neutralidade), que é posicionado à montante (início) no processo de produção de conhecimento, influenciando o pesquisador no delineamento da pesquisa. A partir da definição da hipótese, são determinados os elementos da observação/experimentação. O real é descrito por meio de hipóteses, relações causais e deduções.

O autor destaca que, no método fenomenológico, o sujeito tem prevalência com relação ao objeto de conhecimento, porque “[...] é o sujeito que descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente.” (SPOSITO, 2004, p. 38). Aqui, o objeto está à jusante no processo de produção de conhecimento, uma vez que a experiência vivida do sujeito com relação ao objeto é ponto de partida para interpretação da essência do objeto.

Sposito (2004) destaca ainda o método dialético, no qual a relação objeto e sujeito se dá de modo contraditório: “o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa” (p. 46). Trata-se de estrutura de pesquisa que pressupõe ação, movimento e contradições. Impõe a noção de *práxis*, ou seja, não separação entre teoria e prática. Em especial, a prática social se impõe para a produção do conhecimento sobre a realidade, pois “[...] a relação do sujeito do conhecimento com a realidade a ser conhecida (e transformada) se inicia pela prática social significa que o primeiro deve estreitar seus vínculos com ela para acompanhar o seu movimento e desvelar os determinantes ocultos em sua aparência.” (ABRANTES; MARTINS, 2007, p. 319). O trabalho de campo pode ser considerado fundamental na produção da *práxis*, especialmente na efetivação da prática.

A breve discussão que apresentamos acerca dos métodos e suas implicações em diferentes concepções da relação sujeito e objeto expressa a importância da adoção de certos princípios no processo de conhecimento (conceito de ciência, relação teoria e prática, relação entre sujeito e objeto de conhecimento, conhecimento, etc.). A adoção de pressupostos como estes articulam certas formas de apreender a realidade, ou seja, oferecem categorias, teorias, escolhas metodológicas que nos ajudam a conceber certo formato de trabalho de campo. Trata-se das orientações que atribuem sentido às escolhas feitas para o desenvolvimento das práticas.

Em meio às considerações apresentadas, entendemos que, na elaboração de uma proposta de trabalho de campo, cabe questionar: a prática que propomos está orientada a partir de quais princípios? Qual é o “lugar” do trabalho de campo junto à proposta de produção de conhecimento que se pretende desenvolver?

(4) Objeto de conhecimento

Como afirmamos anteriormente, os trabalhos de campo são experiências ricas e complexas e conformam-se como estratégias que visam à produção de conhecimento. A fim de possibilitar o planejamento de modo preciso e viável da prática, torna-se fundamental a delimitação do objeto de conhecimento para o qual o trabalho de campo tem razão de existir.

De modo geral, as práticas de ensino e pesquisa estão associadas a “coisas” ou fenômenos no mundo. A delimitação do objeto de conhecimento é uma estratégia de simplificação, na qual estabelecemos recortes daquilo que pretendemos pesquisar ou ensinar. Trata-se de um movimento de especificação temática, delimitação dos recortes espaciais e temporais de uma circunstância específica na qual produziremos interações com o mundo (CORRÊA, 1996; SÁ, 1998).

O objeto de conhecimento pode referir-se a uma “coisa” no mundo (bacia hidrográfica, a franja rural-urbana, etc.), um fenômeno (precipitação, migrações rurais-urbanas, etc.), instituições (Estado, empresa, cooperativas, etc.), sujeitos, população ou grupos sociais específicos (jovens rurais, trabalhadores da indústria, etc.) e/ou ideia (conhecimentos, discursos, conceitos sobre algo, classificações, etc.). O objeto de conhecimento, portanto, refere-se à delimitação dos elementos anteriormente citados, especificando elementos da Sociedade (um “alguém”), da Natureza (uma “coisa”) ou a relação entre eles. (BRUMER *et al.*, 2008; CORRÊA, 1996; SÁ, 1998)

A delimitação temática está associada à definição da abordagem teórica, de categorias e conceitos e de conteúdo de ensino (empírico) com o auxílio dos quais se desenvolverá o processo de conhecimento. Além disso, torna-se fundamental refletir acerca da extensão e a temporalidade do objeto de conhecimento, ou seja, “conteúdos estruturantes” – escala, espaço e tempo (STRAFORINI, 2018). Os pontos mencionados remetem aos seguintes questionamentos: o trabalho de campo promoverá interações com o que ou quem? O objeto de conhecimento será compreendido a partir de quais teorias e/ou conceitos? Onde e quando?

A Geografia possui diversas orientações filosóficas que direcionam o olhar no sentido da definição do objeto de conhecimento, desde influências de uma tradição empirista para qual o objeto de conhecimento (geralmente relacionado à Natureza) nos informa sobre ele, isto é, o objeto de conhecimento existe independente do observador. Nesse contexto, o conhecimento parte do ato de captar com os sentidos sua existência, e o participante do campo pode assumir um papel análogo ao de um espectador, passando pela influência racionalista, na qual o objeto de conhecimento conforma-se, antes de tudo, como objeto teoricamente construído; sua delimitação e existência partem da construção racional que produzimos acerca dele. A teoria tem precedência, e o objeto de conhecimento é uma construção do cientista/professor.

Independentemente dessas ou de outras orientações, a delimitação do objeto passa por escolhas e orientações do proponente das práticas de campo. Concepções distintas têm implicações na forma de como concebemos o objeto de conhecimento, e essa definição é fundamental para escolha do roteiro do trabalho de campo, entre outras ações relacionadas ao planejamento.

(5) Locus o mundo

Estamos tratando aqui de uma atividade que é realizada fora dos espaços ordinários da pesquisa, ensino e extensão (ambiente escolar, sala de aula, gabinete, laboratório, etc) e cuja efetivação passa pelo encontro com um determinado fenômeno.

O *locus* ao qual aqui nos referimos está relacionado ao esforço de delimitação do objeto de conhecimento. Como destacamos no item anterior, a construção da proposta de trabalho de campo implica necessariamente a delimitação de um determinado fenômeno pelo menos em sua extensão e escala geográfica. Como lembra Serpa (2006, p. 9),

[...] afirmamos a necessidade de revelar, através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa. O trabalho de campo em Geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar.

A delimitação do espaço de conceituação, em nossa leitura, está em diálogo com aquilo que Straforini (2018) define como conteúdos estruturantes. Trata-se de um ponto central em qualquer planejamento. Tomita (1999) faz questionamentos importantes a respeito desse tema para professores e alunos (acompanhados dos professores) que se

aplica também para o planejamento de outras estratégias de pesquisa e extensão, entre os quais destacamos: onde ir? Por que essa escolha? Qual conhecimento prévio eu tenho da área? Como ir? O planejamento foi feito prevendo detalhes (e imprevistos)? O que levar? Quais equipamentos?

O planejamento implica a avaliação dos meios no sentido de viabilizar a prática (recursos financeiros, disponibilidade de transporte, condições meteorológicas, termos e autorizações para os participantes, disponibilidade de equipamentos e instrumentos, entre outras situações) e na elaboração de roteiros, em que cabe considerar: trajetos, definição de paradas, rotas para o deslocamento e pontos de interesse, com seus respectivos tempos de viagem e de execução; definição dos contatos que devem ser estabelecidos, agendamento e confirmação dos interlocutores que darão apoio ao campo; proposição de determinadas práticas e/ou ações etc.

(6) Interação com sujeitos e fenômenos espaciais

Os trabalhos de campo nos colocam mediante determinadas práticas espaciais, o que significa para seus participantes a interação com dinâmicas da natureza e da sociedade. O campo, portanto, pressupõe contato entre seus participantes com um “alguém” e “coisas” no mundo. Trata-se de uma ação que mediatiza os objetivos da atividade com determinados aspectos da realidade, assim o campo permite trocas com outras pessoas e, como destaca Suertegaray (2002), coloca seus participantes no movimento da sociedade.

Inspirados em Quivy e Campenhoudt (2005), ao desenvolver uma proposta de trabalho de campo, podemos considerar as interações com: a) pesquisadore(a)s, docentes e especialistas, que contribuirão ao revelar determinados conhecimentos sobre nosso objeto do campo, resultados de investigações e outras informações sobre aquilo que é foco de nossas práticas; b) testemunhas privilegiadas, que são pessoas que, devido às suas posições/situação, pela sua ação ou por suas responsabilidades têm conhecimento acerca do objeto de estudo (por exemplo: diálogos com lideranças comunitárias, com técnicos de órgão governamentais); e c) interação direta com o público a que o campo diz respeito, isto é, aproximação com sujeitos que conformam a realidade na qual buscamos a produção de conhecimentos.

Logo, quem podemos convidar para contribuir com o trabalho de campo? Quem serão os sujeitos com os quais vamos interagir?

Independentemente da intensidade e do nível de interação que a proposta

pretende ter com outros sujeitos, é fundamental considerar princípios éticos. Portanto, os trabalhos de campo devem ser orientados por compromissos que evitem qualquer natureza de dano às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos seres humanos envolvidos (BRASIL, 2016). Assim, cabe ao proponente avaliar os sujeitos e os riscos para aqueles que participam do campo.

(7) Estratégias de mediação e métodos

No trabalho de campo é imprescindível a escolha de métodos de procedimento (LAKATOS; MARCONI, 2003) ou métodos que esclarecem os procedimentos técnicos (GIL, 1999, p. 33). Segundo esses autores, tais métodos referem-se às atitudes concretas que se têm com relação ao objeto de conhecimento e as orientações quanto à obtenção, ao processamento e à validação dos dados. São alguns exemplos os métodos: observacional; comparativo; etnográfico; estatístico; progressivo-regressivo (Lefebvre); sistema GTP: geossistema-território-paisagem (Bertrand), entre outros característicos de cada subárea do conhecimento geográfico.

Os métodos, sob esse ângulo, impõem a construção de arranjos entre diferentes técnicas, como observação, entrevistas, questionários, morfometria, diversos experimentos (medição de erosão, vazão, etc). Como destaca Venturi (2006), a escolha da técnica está relacionada à natureza do objeto de conhecimento. Assim, “Ao se estudar Climatologia, por exemplo, não há como escapar das técnicas e do uso de instrumentos (por mais digitalizados que estejam) como medições de temperatura por termômetros ou da pluviosidade por pluviômetros.” (p. 72). Ainda que haja muitas técnicas e estratégias que contribuam com as mediações nos trabalhos de campo, entendemos, assim como Minayo (2013b), que a observação e as entrevistas são estratégias fundamentais.

A primeira “[...] é feita sobre aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente.” (p. 63). A observação é uma técnica intencional, ativa, conectada e direcionada pelos objetivos do trabalho de campo. Desse modo, assim como destaca Kayser (2006, p. 100), “Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; uma outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári!”. As entrevistas, por sua vez, têm como característica geral a fala dos interlocutores no trabalho de campo.

É fundamental o uso de instrumentos/equipamentos como suportes para registros e medições. São usualmente utilizados: gravadores, máquinas fotográficas, GPS, martelos, trenas, mapas etc. Os diários de campo, antiga estratégia para anotações e registros nos campos, e os celulares, equipamentos recentes que possibilitam a integração de diferentes tipos de registros e medições, são dois “companheiros” que merecem especial atenção.

Cabe ponderar acerca do alerta de Venturi (2006, p. 72) no ato de escolha e uso de instrumentos, pois “Se o uso de instrumentos tecnológicos estiver desvinculado das teorias e métodos que regem o processo científico, estará atendendo a outros fins que não os científicos e os instrumentos poderão tornar-se meras mercadorias”.

Esse tópico estimula provocações em diversos pontos com relação, especialmente, ao planejamento, para o qual cabe questionar: quais são os métodos, as técnicas e os procedimentos que pretendo utilizar no campo? Quais são os instrumentos/equipamentos necessários? Tenho domínio dessa técnica de trabalho de campo? Como serão realizados os registros?

(8) Sistematização, reflexão e avaliação

Durante o processo de produção de conhecimento, torna-se importante a análise do que é produzido ao longo da atividade. Desse modo, a sistematização e a reflexão são desdobramentos das interações realizadas, ou seja, o trabalho de campo pressupõe interações e registros que devem ser consolidados para desenvolvimento de conhecimentos.

A forma como poderão ser sistematizadas e estimuladas certas reflexões está diretamente relacionada à natureza dos dados e informações, dos métodos, técnicas e equipamentos que serão utilizados, ou seja, há um significativo rol de possibilidades que podem ser delineadas em articulação com as estratégias de mediação anteriormente escolhidas. Além disso, o processo de sistematização e reflexão pode ser formalizado em linguagens e representações distintas, uma vez que esse movimento pode gerar “produtos”, certas representações e expressões. Referimo-nos às representações cartográficas (mapas, croquis, etc), aos textos, às planilhas, aos documentários e materiais audiovisuais, às expressões artísticas etc. O desafio que se coloca é o desenvolvimento da práxis, de transformação das atividades práticas de campo em um conjunto de sínteses espaciais e realização do movimento de retomada da teoria na produção de um saber. Nesse sentido, é importante refletir a respeito de: como iremos realizar a

sistematização/“tratamento” daquilo que registramos em campo? Quais serão os produtos que poderemos elaborar?

A avaliação é também outro tópico que emerge posteriormente ao trabalho de campo e tem, pelo menos, dois sentidos. No primeiro, referimo-nos ao processo de autoavaliação do planejamento e das interações realizadas. O trabalho de campo nem sempre atinge seus objetivos em relação ao objeto investigado e ao processo de ensino e de aprendizagem; trata-se de uma prática que é aprimorada com o exercício e repetição. O que pode ser diferente em outra edição do trabalho de campo?

O segundo sentido para avaliação está relacionado, especialmente, às atividades de ensino. Os participantes do trabalho de campo estão sujeitos a ponderações a respeito de seus aprendizados em meio ao processo de produção proposto, contexto no qual compete ao professor a definição de instrumentos de avaliação. Nos cursos universitários, os relatórios de campo são recorrentes escolhas pelos professores como instrumentos de avaliação, contudo, as possibilidades são diversas. Cabe questionar: como avaliar os processos de ensino e se houve aprendizagem?

Em busca de sínteses com relação à práxis no trabalho de campo, sistematizamos no Quadro 1 os questionamentos que são orientados por três dimensões: a) a produção de conhecimento (definições mais abstratas); b) a concepção do campo; e c) o campo na prática (definições mais concretas).

Quadro 1: Síntese para organização e efetivação do trabalho de campo

Trabalho de campo: três dimensões da práxis
a) A produção de conhecimento:
<ul style="list-style-type: none">- A prática que propomos está orientada a partir de quais referenciais filosóficos/epistemológicos?- Como determinada proposta de trabalho de campo está articulada a outras etapas da produção de conhecimento? (trabalho exploratório; pesquisa-ação; constatação de ideias; acompanhamento de fenômenos etc.)- Qual é a caracterização e a relação entre sujeitos-objetos na pesquisa, ensino e/ou extensão?
b) A concepção do campo:
<ul style="list-style-type: none">- O que se pretende descobrir, verificar e/ou constatar?- Quais “coisas”, fenômenos, instituições, sujeitos e/ou grupos sociais se pretende conhecer, identificar, observar e/ou interagir?- Quais são as teorias e/ou conceitos que serão mobilizados?- Quais são os recursos (transporte, alimentação, hospedagem, etc.) que dispomos?- Onde ir? Por que essa escolha? Qual conhecimento prévio eu tenho da área?- Como e quando ir?- O trabalho de campo promoverá interações com o que ou com quem?- Disponho de intermediários para alcançar o público alvo ou área de estudos?- Quem serão os sujeitos com os quais iremos interagir?- Quem podemos convidar para contribuir com o trabalho de campo?- Quais são os riscos envolvidos aos participantes na prática de campo? E como podemos solucioná-los?
c) O campo na prática:
<ul style="list-style-type: none">- Quais são os métodos, técnicas e procedimentos que pretendo utilizar?- Tenho domínio dessa técnica?- O planejamento foi feito prevendo detalhes e imprevistos?- O que levar? Quais são os instrumentos/equipamentos necessários?- Disponho de todos os materiais de apoio (cartas, mapas, GPS etc)?- Como serão realizados os registros? De que modo podemos realizar a sistematização/“tratamento” daquilo que registramos?- Quais serão os “produtos” do campo?- O que pode ser diferentes em outra edição do trabalho de campo?- Como avaliar os processos de ensino e se houve aprendizagem?- Quais são as devolutivas para os sujeitos e/ou grupos que colaboraram com o trabalho de campo?

Fonte: Síntese elaborada pelos autores, 2020.

Considerações Finais

O trabalho de campo deve questionar o observador e o observado. Sair dele indiferente significa que a atividade foi realizada de maneira muito distante de seu objetivo. O percurso que apresentamos reafirma a importância dos trabalhos de campo

na trajetória dos estudos geográficos e a construção de propostas crítico-transformadoras diante dos desafios impostos pela falta de fomento. Essa prática não é um mero ato de aproximação com a realidade. A concepção e sua efetivação são desenvolvidas à luz de uma série de princípios e compromissos.

O campo exige posicionamentos de seus proponentes, pois se trata de uma estratégia intencional, que revela aquilo que é a Geografia e para que ela serve. Assim, não pode ser concebido como uma atividade meramente lúdica. Ele está vinculado a uma concepção de ciência, de ensino, pesquisa e extensão. Conceber essa prática é fazer escolhas em meio a uma ampla diversidade de possibilidades.

Os campos têm significativa importância para a produção de conhecimentos geográficos. Contribuem para uma interação particular entre teoria e prática, garantindo autenticidade às observações e experiências, possibilitando novas teorias e descobertas, colocando-as à prova. Tais práticas são produtos e produtoras do conhecimento, uma vez que envolvem uma atitude investigativa com reflexão e intervenção da/na realidade estudada. Por isso, defendemos que trabalho de campo é práxis.

Por meio dos trabalhos de campo podemos evidenciar a complexidade do espaço, sendo importante artifício na superação das ambiguidades e dicotomias da Geografia. Trata-se de uma ação reveladora das desigualdades espaciais (e sociais), portanto, potencializadora da formação do cidadão ao proporcionar leituras mais críticas do mundo.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 22, p. 313–325, ago. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, 24 maio 2016. n. 98, Seção 1, p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRUMER, A. *et al.* A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-146.

CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins**, Paris, n. 17, 16 mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.12414>. Acesso em: 20 maio 2020.

CORRÊA, R. L. Elaboração de projeto de pesquisa: um guia prático para Geógrafos. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 21/22, p. 169-172, 1996.

FARIAS, R. C. de. O trabalho de campo na perspectiva de ensino de geografia: uma revisão crítica a partir do cenário internacional. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 9, n. 17, p.181-198, 2019. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/586>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. (Coleção leitura).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, jul. 2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/730>. Acesso em: 20 maio 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, M. S. L. **A formação contínua dos professores nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. 2001. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARQUES, A. M. S.; MOTA, M. S.; SOUZA, M. A. V. F. de. Aula de campo no ensino de geografia: uma visão pela literatura científica brasileira. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 20, p. 357-372, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i20.887>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a. p. 9-29.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b. p. 61-77.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?**. São Paulo: Cortez, 1994.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução João Minhoto Marques; Maria A. Mendes. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SERPA, Â. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, jul. 2006. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/issue/view/57>. Acesso em: 1º ago. 2018.

SILVA, A. C. Natureza do trabalho de campo em Geografia Humana e suas limitações. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 1, p. 49-54, nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1982.0001.0003>. Acesso em: 20 maio 2020.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

STRAFORINI, R. O ensino da Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 175–195, ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180037>. Acesso em: 20 maio 2020.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64–68, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>. Acesso em: 20 maio 2020.

THIOLLENT, M. J. M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, Natal, v. 3, n. 2, p. 65-71, 10 out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654>. Acesso em: 20 maio 2020.

_____. Por uma melhoria na extensão. **CCNExt - Revista de Extensão**, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 44-49, 19 ago. 2016. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revistaccne/index.php/ccnext/article/view/789>. Acesso em: 20 maio 2020.

TOMITA, L. M. S. Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-15, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2447-1747.1999v8n1p13>. Acesso em: 20 maio 2020.

VENTURI, L. A. B. O papel da técnica no processo de produção científica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 69-76, 2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/728>. Acesso em: 20 maio 2020.

Recebido em 28 de novembro de 2020.

Aceito para publicação em 26 de outubro de 2021.

